Conformidade com Padrões Técnicos e Boas Práticas na Engenharia Mecânica: Mitigando Riscos de Negligência Profissional

Autor(res)

Vinicius Samuel Pereira Silva
Alysson De Jeus Da Silva
André Felipe Oliveira Pimentel
Mardey Vinícius Goulart
Lucas Teodoro Crisostomo Magalhaes
Deivid Da Silva Oliveira
Bruno De Oliveira Souza
Helberte Ferreira De Araujo
Luma Resende Toretti
Napoleão Martins Filho
Anderson Lucas Oliveira Pimentel

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

A engenharia mecânica exerce um papel vital na concepção e prática de sistemas e dispositivos que amparam a infraestrutura moderna. Contudo, para os engenheiros mecânicos, a responsabilidade não se limita apenas ao domínio técnico; ele carrega consigo uma significativa carga de responsabilidade jurídica, especialmente para aqueles que atuam como projetistas. Neste viés este trabalho objetiva explorar a responsabilidade jurídica do engenheiro mecânico responsável técnico, delineando não apenas as complexidades inerentes a essa responsabilidade, mas também oferecendo uma visão das implicações legais dessa vertente da engenharia. No entanto, independentemente das nuances legais específicas, a essência permanece a mesma: o engenheiro responsável técnico é considerado legalmente responsável pelos resultados do projeto, incluindo não apenas a segurança estrutural e funcional, mas também questões relacionadas a prazos, orçamentos e conformidade com as leis ambientais.

Objetivo

O objetivo é criar orientações específicas para engenheiros mecânicos responsáveis técnicos, focando na otimização da gestão de riscos legais e estrito cumprimento de normas. Além da conformidade legal, as práticas visam promover inovações sustentáveis, alinhadas aos princípios ecológicos.

Material e Métodos

A revisão bibliográfica neste estudo adota o método hipotético-dedutivo, explorando minuciosamente as

implicações de imperícia, imprudência e negligência na responsabilidade técnica em engenharia mecânica, com ênfase na interseção com o Direito Civil. Inicialmente, formulam-se hipóteses baseadas na revisão preliminar da literatura e nos objetivos do estudo, incorporando normativas técnicas e preceitos jurídicos do Direito Civil

Resultados e Discussão

O presente estudo investigou a responsabilidade jurídica do engenheiro mecânico como responsável técnico, enfatizando a complexidade e as ramificações legais dessa função. A revisão da literatura revelou que a responsabilidade do engenheiro mecânico transcende o conhecimento técnico, abrangendo também aspectos legais. Esses resultados ressaltaram a importância de os engenheiros adotarem práticas que assegurem a conformidade legal em seus projetos, considerando os aspectos de segurança estrutural e funcional para garantir a conformidade com as normas. Além disso, foi observada a existência de recomendações para promover inovações sustentáveis alinhadas aos princípios ecológicos, destacando a relevância da responsabilidade jurídica e da sustentabilidade nos projetos mecânicos.

Conclusão

Em suma, este estudo destaca a importância da conformidade com padrões técnicos e boas práticas na engenharia mecânica para evitar negligência profissional. Explorou-se a responsabilidade jurídica do engenheiro mecânico como responsável técnico, enfatizando a necessidade de garantir a conformidade legal, segurança e sustentabilidade nos projetos mecânicos. O equilíbrio entre eficiência jurídica e comprometimento ambiental é essencial para um desenvolvimento responsável na área.

Referências

ALBERTINI, Cairo. Diferença entre dolo eventual e culpa consciente. UNIFEG, 2007. Disponível em https://www.unifeg.edu.br/revista/artigos-docentes/2013/v2-n2/Cairo-Augusto-Baptista-AlbertinieRogerio-Valdir-Velho-Filho-Diferenca-entre-dolo-eventualeculpa-consciente.pdf Acesso em 13 de março de 2023.
ALVES, J. C. Responsabilidade civil por danos causados por profissionais liberais. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2023.
BRASIL. Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Código de Ética Profissional. 13ª edição. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.confea.org.br/codigo-de-etica-13a-edicao. Acesso em: 10 mar. 2024
CREA-MG. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Disponível em: http://www.crea-mg.org.br/art/. Acesso em: 09 mar. 2024.
JESUS, Damásio E. Direito Penal: parte geral, v. 1.32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.